



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na 2ª Vara da Comarca de
Pacatuba/CE**

RELATÓRIO

**Portaria nº 31/2022/CGJCE
(DJe 21/06/2022)**

Corregedor Geral da Justiça:

Paulo Airton Albuquerque Filho

Juiz Corregedor Auxiliar:

Josué de Sousa Lima Júnior



1 DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO		
Processo	Nº Pje: 0000435-39.2022.2.00.0806	
Unidade	2ª Vara da Comarca de Pacatuba	
Entrância	Intermediária	
Endereço	Rua Cel. José Libânio, s/nº - Centro, Cep: 61801-250	
Telefone	Fixo: 85 3345-1198 / Whtasapp Business: 85 98107-5554	
Portaria	31/2022/CGJCE	
2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS - DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE) E DO SETOR COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.		
Nome: Giancarlo Antoniazzi Achutti		Matrícula: 6108
Ingresso na Magistratura: 31.01.2006 Ingresso na Vara: 09.12.2015	(X) Juiz de Direito () Juiz Substituto	
	(x) Titular () Respondendo	
Exercício cumulativo: (X) Sim () Não	Quais? Núcleo de Produtividade Remota	
O juiz reside na Comarca?	() Sim (x) Não	
	Cpa n.º: 8500086-09.2020.8.06.0137	
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	(x) Sim () Não	
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	(x) Sim () Não Qual? COMAN e Distribuição.	
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	() Sim (x) Não	
O Juiz exerce a função de magistério?	() Sim (x) Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?	
3 DO QUADRO DE PESSOAL - DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)		
Analistas Judiciários	Total	0
Não contempla esta categoria.		
Juízes Leigos	Total	0
Não contempla esta categoria.		
Oficiais de Justiça	Total	0
Atualmente todos os Oficiais de Justiça estão lotados na Coman		
Técnico Judiciário	Total	2
Francisco Ernandes dos Santos Teixeira Laíse Rodrigues Santos Costa		22551 22540
Auxiliares Judiciais	Total	0
Não contempla esta categoria.		
	Total	



Estagiário de Pós Graduação	Total	
Aline Cristiane Amorim Batista		46301
Estagiário de Graduação	Total	1
Victória Ingrid Silva Lima		47487
Terceirizado	Total	

Não contempla esta categoria.

Cedido	Total	
Adnise Natália Moura dos Reis		43460
Rafael Nascimento Lima		43468
Tatiana Fernandes Chagas da Silva		44160
Maria Jardelyne Estevam da Rocha		46375
Josiane Silva Cruz Cavalcante		43469
Ádyna Mildridy de Araújo Arrais		45411
Érico Roberto Viana		sem matrícula
Mikaelly Torres de Lima		sem matrícula
Thays de Fátima Angélica dos Santos		sem matrícula
Annalice Mateus Da Cruz		sem matrícula
Cargos em Comissão	Total	3
Antonio Erimar de Souza Malveira		531
Marcelo Queiroz do Nascimento		24877
Ana Rachael Barbosa Alcântara		46709

4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA- DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)

Nome: ELIZABEBA REBOUÇAS TOMÉ PRACIANO	(x) Titular () Respondendo
Responde por outras Comarcas? (x) Sim () Não	Quais? Vara Única da Comarca de Guaiúba.

5 DO DEFENSOR PÚBLICO – DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)

Nome: Aline Pinho Robero Vieira de Paula	() Titular (x) Respondendo
Responde por outras Comarcas? () Sim (x) Não	Quais?

6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Competência: Das Comarca com 2 Varas

• Processar, julgar e executar as causas cíveis; exercer as atribuições judiciais e administrativas previstas na legislação especial de proteção integral à criança e ao adolescente; e exercer a função de juiz corregedor permanente dos serviços extrajudiciais, atuando inclusive nos processos disciplinares dos notários e registradores.

7 DO ACERVO PROCESSUAL - DADOS ENCAMINHADOS E CALCULADOS PELO SETOR COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.

Processos (Pendentes de Baixa)	4264
--------------------------------	------



Procedimentos (Pendentes de Baixa)		62
Cartas Precatórias, Rogatórias Ou De Ordem (Pendentes de Baixa)		62
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE		4185
Data da Inspeção: Junho de 2020	Nº CPA: 8502052-49.2020.8.06.0026	
() Diminuiu () Aumentou	Diferença:	79
Tramitação Processual () Físico (x) Digital () Físico/Digital		
8 DA PRODUTIVIDADE – DADOS ENCAMINHADOS E CALCULADOS PELO SETOR COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.		
DADOS DO MAGISTRADO		
8.1 Produtividade do magistrado nos últimos 12 meses (conforme lista anexa)		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	1722	143,5
Acordos	286	23,83
Decisões	1541	128,42
Audiências	634	52,83
Despachos	7135	594,58
DADOS DA UNIDADE		
8.2 Gestão de desempenho		
Processos novos		703
Processos pendentes de julgamento		3712
Processos julgados		883
Processos pendentes de baixa		4264
Processos baixados		1121
8.3 Gestão do acervo		
Processos conclusos para Sentença		57
Processos julgados e não baixados		371
Processo Suspenso		170
Processos Reativados no mês		0
Processos Transitados no mês		124
Processos em grau de recurso no mês		10
Processos remetidos a outro foro no mês		0
Processos arquivados definitivamente no mês		343
Processos entrados no mês		71
Processos julgados no mês		163
Processos prioritários (conforme listas anexas)		
Idoso	Pendente de Baixa	138
Menor	Pendente de Baixa	5
Cirurgia, Leito hospitalar e medicamentos	Pendente de Baixa	4
Doença Grave	Pendente de Baixa	3
8.4 Processos paralisados há mais de 100 dias		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias		343
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		71
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		12
Total		426
8.5 Gestão de Tempo e Qualidade		
Índice de processos com assunto cadastrado		99.95%
Índice de conformidade de classe (CNJ)		100%



9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS - DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)	
9.1 VISÃO GERAL	
9.1.1 Processos Conclusos	
Para Despacho	602
Para Decisão Interlocutória	5
9.1.1 Liminares Pendentes de Análise	
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise	6
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	(x) Sim () Não
Como é feito esse controle? Monitoramento dos procesos para decisão tão logo haja manifestação da Parte Requerida.	
9.1.2 Custas Finais	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(x) Sim () Não
Como é feito? Após a certificação do trânsito em julgado é feito os Cálculos da Custas Finais e, em seguida, providenciada a Intimação da parte condenada para pagamento.	
9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)	
9.2.1 Tribunal Popular do Juri	
Total de Processo de competência do Tribunal do Juri	0
Juris realizados nos últimos 12 meses	0
Juris pendentes de realização	0
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	0
Processos inseridos na Meta ENASP	0
9.2.2 Execução Penal ou Condições Estabelecidas no Juizado Especial Criminal	
Cumprimento em Regime Fechado	0
Cumprimento em Regime Semiaberto	0
Cumprimento em Regime Aberto	0
9.2.3 Infância e Juventude	
Total de processos relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente	164
Total de processos de apuração de Ato Infracional	41
Total de processos de execução de medida socioeducativa	30
9.2.4 Processos cíveis	
Mandado de Segurança	19
Ação Civil Pública	13
Ações de Improbidade Administrativa	10
10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	
10.1 Processos Administrativos contra Serventias Extrajudiciais	
8502543-22.2021.8.06.0026 – PAD	
10.2 Processos com Representação	
0000239-69.2022.2.00.0806 – Representação por excesso de prazo 0000273-78.2021.2.00.0806 – Reclamação Disciplinar	
11 DOS PROCEDIMENTOS – DADOS ENCAMINHADOS PELO SETOR COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.	
11.1 Visão Geral	
Entrados no Mês	
Arquivados	
11.2 Procedimentos Investigatórios	
Pendentes	



11.3 Cartas Precatórias	
Pendentes	
12 DAS AUDIÊNCIAS	
12.1 Produtividade nos últimos 12 meses	
Total de audiências agendadas	1138
Total de audiências realizadas	606
Audiências não realizadas	237
Total de Audiências canceladas/redesignadas	102
Data de Audiência mais longínqua	25/07/24
12.2 Situação geral	
Processos aguardando a designação de audiências	66
Processos aguardando a realização de audiências	393
13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE - DADOS EXTRAÍDOS DO FICOM (ELABORADO PELA UNIDADE)	
Gestão de Processo de Trabalho	
Como é feita a abertura de Malote Digital	(x) servidor específico () revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional	(x) servidor específico () revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	(x) sim () não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	(x) sim () não
PROCESSOS INSPECIONADOS	
1) META 02	
0008904-90.2013.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de reconhecimento de união estável ajuizada em 11.09.2013. Ato ordinatório em 08.03.2022: <i>Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento n.º 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimar a parte autora para promover a citação do promovido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.</i> Despacho em 05.08.2022: <i>Vistos em inspeção anual interna. Encaminhe-se o edital de pág. 72 para publicação. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.</i>
0007796-26.2013.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de divórcio ajuizada em 01.04.2013. Ato ordinatório em 23.04.2021: <i>Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do</i>



	<i>Provimento n° 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, cumprir despacho de pág. 83. Despacho em 01.09.2022: Cerfique a Secretaria eventual decurso de prazo do requerente quanto à intimação de pág. 104. Em caso positivo, voltem conclusos para sentença. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.</i>
0007776-69.2012.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de imissão de posse ajuizada em 30.03.2012. Audiência em 14.12.2017. Despacho em 01.12.2021: <i>Considerando a renúncia de pág. 177, corrija a Secretaria a autuação do feito, excluindo os advogados renunciantes a fim de que passe(m) a figurar apenas o(s) remanescente(s), com a devida certificação. Após, importe a Secretaria a mídia relativa à audiência de instrução de págs. 165/167, também com a devida certificação. Por fim, voltem conclusos para julgamento.</i> Despacho em 12.08.2022: <i>Vistos em inspeção anual interna. Após a inspeção, voltem conclusos para julgamento.</i> Concluso para sentença em 15.08.2022. Ao juiz para análise.
0007327-77.2013.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de reintegração de posse ajuizada em 17.01.2013. Audiência em 08.02.2017. Audiência em 26.07.2018. Audiência em 11.07.2019. Despacho em 28.09.2021: Intime-se a parte autora para que se manifeste sobre a contestação apresentada em prazo não superior a 15 (quinze) dias (art. 350, do CPC). Despacho em 08.08.2022: <i>Vistos em inspeção anual interna. Encaminhe-se a carta precatória de pág. 122 com urgência. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.</i>
0009997-20.2015.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação declaratória de reconhecimento de união estável ajuizada em 27.11.2015. Audiência em 25.07.2016. Audiência em 07.06.2018. Despacho em 01.08.2022: <i>Até o</i>



	<i>momento não foram cumpridas todas as determinações do termo de audiência de pág. 119 quanto à avaliação dos imóveis. Expeça-se o correspondente mandado. Intimem-se as partes da avaliação de pág. 138. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.</i>
0009332-38.2014.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação ordinária ajuizada em 17.09.2014. Despacho em 11.08.2022: <i>Ante o despacho de pág. 420, certifique a Secretaria se os autos foram digitalizados por completo, fazendo-o em caso negativo com a devida organização e certificação. Após, voltem conclusos. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.</i>
0013538-27.2016.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de obrigação de fazer ajuizada em 07.11.2016. Audiência em 21.10.2021. Concluso para despacho em 03.11.2021. Concluso para despacho em 20.04.2022. Ao juiz para análise. O feito já estava concluso. Movimentação desnecessária em 20.04.2022.
0013701-70.2017.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de usucapião ajuizada em 11.10.2017. Despacho em 05.08.2022: Aguarde-se realização de audiência de conciliação que ocorrerá no dia 12 de setembro de 2022, às 11h10min, a ser realizada por videoconferência através da plataforma MICROSOFT TEAMS. Aguarde-se audiência.
0011249-53.2018.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de inventário ajuizada em 05.02.2018. Despacho em 20.08.2021: <i>Vistos em inspeção anual interna. Tão logo encerrada a inspeção, venham novamente conclusos.</i> Despacho em 23.03.2022: Expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal, a fim de esta instituição financeira se manifeste, em prazo não superior a 05 (cinco) dias, acerca da dívida em aberto relativa ao financiamento de um automóvel em nome do de cujus, o Sr. Antônio Manuel de Sousa Baia (CPF: 383.866.408-63), conforme descrito na



	petição da parte autora de fls. 42/47. Despacho em 01.08.2022: <i>Vistos em inspeção anual interna. Ciência à parte autora acerca do ofício de pág.52 para manifestação em cinco dias.</i> À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
0000557-92.2018.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação ordinária ajuizada em 15.10.2018. Despacho em 01.03.2022: <i>Cumpra-se o despacho de pág.51, intimando-se o requerido. Decorrido o lapso temporal e inexistindo requerimento de novas provas pelo réu, voltem os autos conclusos para julgamento.</i> Despacho em 01.08.2022: <i>Vistos em inspeção interna anual. Mova a Secretaria o feito para o fluxo de conclusos para sentença.</i> Concluso para sentença em 05.08.2022. Ao juiz para análise.
2) META 04	
0000365-62.2018.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação civil de improbidade administrativa ajuizada em 20.09.2018. Despacho em 10.08.2022: <i>Vistos em inspeção anual interna. Cumpra-se na íntegra o despacho de pág. 1560.</i> À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
0000201-97.2018.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de improbidade administrativa ajuizada em 10.09.2018. Despacho em 06.06.2022: <i>Assim sendo, considerando o estágio atual do processo, chamo o feito à ordem para determinar desde logo a citação de todos os promovidos para os fins do artigo 17, § 7º, da Lei nº 8.429/91, com a atual redação dada pela Lei nº 14.230/21.</i> Despacho em 01.08.2022: <i>Vistos em inspeção anual interna. Intime-se o promovente para que se manifeste sobre a contestação apresentada em prazo não superior a 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao MP. Por fim, conclusos.</i> À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
0014282-85.2017.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de improbidade administrativa ajuizada



	em 15.12.2017. Despacho em 06.06.2022: Vistos. Cumpra a Secretaria o despacho de pág. 1372 não abrindo conclusão desnecessariamente. Despacho em 01.08.2022: <i>Vistos em inspeção anual interna. Certifique a Secretaria eventual decurso do prazo.</i> Concluso para despacho em 29.08.2022. Ao juiz para análise.
0013979-71.2017.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de improbidade administrativa ajuizada em 10.11.2017. Despacho em 02.07.2022: <i>Intime-se o autor para que, em prazo não superior a 15 dias, se manifeste sobre as contestações e reconvenção apresentadas (págs. 997/1011, 1012/1140 e 1150/1209) nos termos do § 10-B, do artigo 17, da Lei n.º 8.429/92.</i> Despacho em 01.08.2022: <i>Vistos em inspeção anual interna. Aguarde-se o esaurimento do prazo. Após, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos.</i> À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
0001032-48.2018.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de improbidade administrativa ajuizada em 22.11.2018. Despacho em 06.06.2022: <i>Vistos. Intime-se o promovente para, querendo, se manifestar nos termos dos arts. 350 e 351, do CPC, em prazo não superior a 15 (quinze) dias.</i> Despacho em 01.08.2022: <i>Vistos em inspeção anual interna. Após a inspeção, venham os autos conclusos para impulso.</i> Concluso para despacho em 02.08.2022. Ao juiz para análise.
3) META 11	
0011713-09.2020.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de perda e suspensão do poder familiar ajuizada em 14.10.2020. Ato ordinatório em 07.07.2022: <i>Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento n.º 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, retornar ao MP.</i> Concluso para despacho em 09.08.2022. Ao juiz para análise.



0003536-90.2019.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de guarda ajuizada em 04.06.2019. Audiência em 30.09.2019. Audiência em 22.08.2022. Concluso para sentença em 23.08.2022. Ao juiz para análise.
0280003-92.2020.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Processo de apuração de ato infracional distribuído em 23.01.2020. Audiência em 19.08.2020. Despacho em 28.01.2022: Ante a certidão de pág. 47, solicite-se a devolução da carta precatória de pág. 43 (processo nº 0011076-16.2020.8.06.0151 – 2ª Vara Cível de Quixadá) devidamente cumprida haja vista o tempo transcorrido desde seu encaminhamento (quase um ano e meio). Concluso para despacho em 12.08.2022. Ao juiz para análise.
0011174-48.2017.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de guarda ajuizada em 04.02.2017. Despacho em 31.05.2022: <i>Importe a Secretaria as mídias relativas à audiência de págs. 96/97, certificando a respeito nos autos. Após, ante o retorno da carta precatória, declaro encerrada a instrução e determino sejam intimadas as partes para que se manifestem derradeiramente em prazo não superior a 15 (quinze) dias. Por fim, ouça-se o Ministério Público, vindo os autos conclusos logo após para sentença.</i> Despacho em 09.08.2022: Considerando que a parte ré é revel sem procurador constituído nos autos (pág.75), correndo os prazos da publicação do pronunciamento judicial, cumpra-se o despacho de pág.184, abrindo vista ao MP. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
0000660-02.2018.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Processo de apuração de ato infracional distribuído em 23.10.2018. Despacho em 14.05.2020. Despacho em 04.08.2022: <i>Revigoro o despacho de pág.86.</i> À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
4) META 12:	
	Vistos em inspeção. Portaria n.º



	31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de obrigação de fazer ajuizada em 27.01.2020. Despacho em 01.08.2022: <i>Certifique a Secretaria eventual exaurimento do prazo para resposta.</i> À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
5) CONCLUSO PARA SENTENÇA	
0050911-53.2020.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação ordinária ajuizada em 25.11.2020. Decisão em 16.03.2022: <i>Intimem-se as partes acerca desta decisão, bem como para, no prazo de quinze dias, manifestarem interesse na produção de novas provas, justificando-as, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.</i> Concluso para sentença em 22.06.2022. Ao juiz para análise.
0050622-86.2021.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Reclamação Trabalhista ajuizada em 22.06.2021. Despacho em 23.05.2022: <i>Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem se desejam produzir outras provas, justificando-as, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra.</i> Concluso para sentença em 27.06.2022. Ao juiz para análise.
0003412-10.2019.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de indenização por dano moral ajuizada em 27.05.2019. Audiência em 05.11.2019. Despacho em 11.02.2022: <i>Certifique-se acerca do decurso de prazo para as partes no que tange a determinação judicial de pág.103.</i> Despacho em 16.03.2022: <i>Considerando as inércias apontadas à pág.139, voltem os autos conclusos para julgamento.</i> Concluso para sentença em 28.06.2022. Ao juiz para análise.
0002549-54.2019.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Reclamação Trabalhista distribuída em 25.02.2019. Ato ordinatório em 05.11.2021: <i>Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, vistas ao</i>



	Ministério Público. Concluso para sentença em 04.07.2022. Ao juiz para análise.
0004573-55.2019.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação declaratória de inexistência de débito ajuizada em 08.08.2019. Despacho em 05.11.2021: Reputo que o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, razão pela qual determino sejam as partes intimadas para, em prazo não superior a 05 (cinco) dias, se manifestar sobre outras provas que desejem produzir, justificando-as, sob pena de julgamento no estágio atual. Despacho em 11.07.2022: Apesar da solicitação de pág. 244, reputo desnecessária a colheita de prova oral em audiência em casos como o presente, considerando os documentos anexados, suficientes para dirimir a controvérsia, razão pela qual determino que a Secretaria da Vara movimente o feito para o fluxo de processos conclusos para julgamento. Concluso para sentença em 11.07.2022.
0050823-15.2020.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação ordinária ajuizada em 08.11.2020. Despacho em 12.08.2021: Certifique a Secretaria o decurso do prazo para apresentação de réplica e, em caso positivo, intímem-se as partes para que, em prazo não superior a 10 (dez) dias, se manifestem sobre o interesse na produção de outras provas além das já existentes nos autos, justificando-as, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra. No mesmo prazo acima consignado, deverá a requerida anexar a documentação mencionada no termo de audiência de pág. 288. Concluso para despacho em 15.06.2022. Concluso para sentença em 13.07.2022. Ao juiz para análise.
0050079-83.2021.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação anulatória ajuizada em 28.01.2021. Despacho em 13.07.2022: Considerando que ambas as partes declinaram da produção de outras provas, mova o feito para o fluxo de conclusos para julgamento. Concluso para sentença em 15.07.2022. Ao juiz para análise.
0000447-74.2010.8.06.0137	Vistos em inspeção. Portaria n.º



	<p>31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação declaratória de inexistência de débito ajuizada em 11.03.2010. Despacho em 08.06.2021: Considerando a inércia da promovente (pág.358), intime-a, pessoalmente, para manifestar interesse no feito, no prazo de cinco dias, cumprindo as determinações judiciais estampadas nos despachos de págs.325 e 336, sob pena de extinção sem resolução mérito. Quando da intimação, dê ciência sobre os petitórios de págs.343/344, 353/354 e 355/357, bem como do prazo de cinco dias para manifestação. Despacho em 01.08.2022: Vistos em inspeção anual interna. À Secretaria da Vara, para movimentar o feito para o fluxo de conclusos para julgamento. Concluso para sentença em 04.08.2022. Ao juiz para análise.</p>
5) IDOSO E OUTRAS PRIORIDADES	
0050451-66.2020.8.06.0137	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de manutenção de posse ajuizada em 13.07.2020. Despacho em 14.06.2022: Assim, chamo o feito à ordem para determinar a intimação das partes para, no prazo de cinco dias, esclarecerem de forma precisa se os imóveis que são objeto do presente feito e da ação de usucapião em apenso são os mesmos ou não, devendo juntar planta e memorial descritivo pormenorizada, indicando a posição topográfica, tamanho, confinantes, a quadra e os lotes que compõem cada um se diversos. Concluso para despacho em 05.07.2022. Ao juiz para análise.</p>
0050858-38.2021.8.06.0137	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de restauração dos autos ajuizada em 17.08.2021. Despacho em 17.08.2021: <i>Certifique a Secretaria as movimentações do processo a ser restaurado constantes do SAJPG. Após, cite-se a parte contrária para contestar o pedido no prazo de 5 (cinco) dias, cabendo-lhe exhibir as cópias, as contrafeitos e as reproduções dos atos e dos documentos que estiverem em seu poder. Se a parte concordar com a restauração, lavrar-se-á o auto que, assinado pelas partes e homologado pelo juiz, suprirá o processo desaparecido. Se a parte não contestar ou se a concordância for parcial, observar-se-á o</i></p>



0051202-19.2021.8.06.0137

procedimento comum (art. 714, §§ 1º e 2º, do CPC). Concluso para despacho em 07.07.2022. Ao juiz para análise.

Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.
Ação de usucapião ajuizada em 12.11.2021. Despacho em 16.12.2021: *Recebo a emenda de págs. 24/27. Ante a dificuldade de obtenção das informações necessárias ao esclarecimento determinado pelo despacho de pág. 23 quanto à indisponibilidade do imóvel usucapiendo, oficie-se à 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza, solicitando, a fim de instruir o presente, que informe, em prazo não superior a 05 (cinco) dias, os motivos que levaram à indisponibilidade em questão, bem como que encaminhe certidão narrativa do processo n.º 0001513-07.2015.5.07.0018.* Despacho em 11.07.2022: *Recebi hoje. Considerando a certidão de pág.31, solicite-se resposta ao ofício de pág.29, dando ciência da inércia e da necessidade de cooperação jurisdicional para o trâmite do presente feito. Prazo: quarenta e oito horas. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.*

0050220-39.2020.8.06.0137

Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.
Ação declaratória de nulidade de negócio jurídico ajuizada em 15.03.2020. Despacho em 16.03.2022: Considerando as dificuldades apontadas às págs.71/72, bem como diante da maior facilidade de produção da prova pela parte ré, intime-se esta para, no prazo de cinco dias, apresentar extrato bancário da conta de titularidade da promovente referente ao período de vigência do contrato impugnado (pág.02). Ademais, certifique-se acerca do decurso de prazo para a requerida se manifestar acerca do despacho de pág.70. Concluso para despacho em 13.07.2022. Ao juiz para análise.

0005176-31.2019.8.06.0137

Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.
Ação de usucapião ajuizada em 26.09.2019. Despacho em 02.06.2022: À Secretaria, a fim de retificar a autuação do polo ativo da presente demanda, para que seja incluído seu filho, herdeiro do Sr. Francisco Moacir de



	<p>Souza (falecido no curso do processo), conforme requerimento de pág. 109. Após, considerando que o novo requerente não cumpriu a determinação de pág. 108 quanto à citação dos confinantes, obrigação processual que lhe incumbe, intime-se o mesmo novamente para, em prazo não superior a 10 (dez) dias fazê-lo, sob pena de extinção. Despacho em 18.07.2022: <i>Considerando a informação do promovente acerca do não conhecimento dos paradeiros dos confinantes SEBASTIÃO PORTELA SILVA e RAIMUNDA NASCIMENTO DA SILVA, bem como diante da excepcionalidade da citação por edital, proceda-se à pesquisa nos sistemas SIEL, RENAJUD, SISBAJUD e INFOJUD para fins de localização de eventuais endereços daqueles. Obtendo-se êxito, cite-se para apresentarem contestação no prazo legal. Frustrada a pesquisa, cite-se por edital com prazo de vinte dias. Cite-se o confinante FRANCISCO DE ASSIS SOUZA no endereço contido à pág.123. Por fim, considerando o decurso de prazo requerido às págs.101/102, certifique-se acerca da existência de manifestação de interesse por parte da União. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.</i></p>
6) PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 (CEM) dias	
0013334-04.2020.8.06.0117	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Processo fora de ordem. Despacho em 22.02.2022: Assim, chamo o feito à ordem para determinar que a Secretaria ordene o feito em ordem cronológica da prática dos atos processuais, renumerando-o, se necessário, com a devida certificação. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.</p>
0001303-57.2018.8.06.0137	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de execução fiscal ajuizada em 14.12.2018. Despacho em 12.05.2021: Intime-se o exequente para que se manifeste sobre a exceção de pré-executividade de págs. 08/171 em prazo não superior a 10 (dez) dias. Concluso para despacho em 08.02.2022. Ao juiz para análise.</p>
0003278-80.2019.8.06.0137	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º</p>



0000749-25.2018.8.06.0137

31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.

Processo fora de ordem. Despacho em 25.02.2022: *Chamo o feito à ordem para determinar à Secretaria que organize o feito observando a ordem cronológica dos atos processuais praticados, a fim de possibilitar a apreciação do presente feito, renumerando-o se necessário, tudo com a devida certificação. Após, voltem conclusos para deliberação. À Secretaria para cumprir.*

Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.

Ação de execução fiscal ajuizada em 29.10.2018. Despacho em 22.02.2021: *Considerando que a citação por edital é medida excepcional, a fim de se obter o endereço da parte executada, deve esta Secretaria realizar consulta nos sistemas INFOJUD, SIEL-TRE, SISBAJUD e RENAJUD. Localizado, renove-se a citação pessoal. Não localizado, cite-se por edital. Despacho em 02.03.2022: Ante a certidão de pág. 21, cumprir na íntegra o despacho de pág. 16, vez que anexada apenas consulta ao sistema INFOJUD. À Secretaria cumprir expedientes necessários.*

0000181-87.2010.8.06.0137

Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.

Ação de execução de título extrajudicial ajuizada em 21.01.2010. Despacho em 15.02.2021: Efetivado o arresto, proceda-se a expedição do edital de citação em nome dos executados, fixando-se o prazo de 20 (vinte) dias, fluindo este da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (art. 257, III, CPC). Transcorrido o prazo do edital e não sendo efetuado o pagamento espontâneo pelos devedores, converta-se o arresto em penhora, conforme art. 830, §3º, do CPC. Despacho em 05.11.2021: Considerando o detalhamento da ordem judicial de bloqueio de valores de págs. 77/78 e a certidão de pág. 79, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito em prazo não superior a 05 (cinco) dias. Decisão em 04.03.2022: Defiro o requerimento de pág.81. Proceda-se à busca, via RENAJUD, de bens passíveis de penhora em nome do executado, grafando, com restrição de intransferibilidade, veículos porventura



0000677-38.2018.8.06.0137

localizados. Frustrada a consulta, intime-se o autor para tomar ciência e, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.

Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.

Ação de execução fiscal ajuizada em 24.10.2018. Ato ordinatório em 08.02.2022: *Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento n.º 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, bem como tomando por base a portaria n.º 1213/2021, publicada à fl. 10 do DJE que circulou em 30/07/2021, emanado da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, em vista da certidão de fl. 18, que apontou a inexistência de valores a serem bloqueados, intime-se a exequente, nos termos da decisão de fl. 13. Despacho em 04.03.2022: Defiro o pedido de pág. 21, determinando que a secretaria realize a restrição, via sistema Renajud, de veículos porventura existentes como de titularidade da parte executada. Em caso de restrição positiva, intime-se a parte executada para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias. Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, em igual prazo. Em caso negativo, intime-se a parte exequente para indicar novos bens passíveis de penhora ou requerer o que entender de direito. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.*

14 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS – DADOS ENCAMINHADOS E CALCULADOS PELO SETOR COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.

14.1 Taxa de Congestionamento

Na última inspeção realizada pela CGJ/CE (Junho de 2020)	55,59%
2022	73,04%

14.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD

2021	130,64%
2022	159,46%

14.3 Julgados/Casos Novos (Meta 2022 > 100%)

2021	113,38%
2022	125,60%

14.4 Meta 1 (Meta 2022 > 100%)

Percentual de atingimento em abril de 2022	99,58%
Total de processos novos em ____/____/____ (conforme listas anexas)	Aguardando



Total de processos julgados até ____/____/____ (conforme listas anexas)	disponibilização do novo Painel de Metas do CNJ (SEI)
14.5 Meta 2	
Percentual de atingimento em abril de 2022	82,55%
Total de processos inseridos na meta e pendentes de julgamento em 24 de maio de 2022 (conforme listas anexas)	780
14.6 Meta 4	
Percentual de atingimento em abril de 2022	84,42%
Total de processos inseridos na meta e pendentes de julgamento em 24 de maio de 2022 (conforme listas anexas)	9
14.8 Meta 8	
Percentual de atingimento em abril de 2022 (FEMINICÍDIO)	NA
Percentual de atingimento em abril de 2022 (VIOÊNCIA DOMÉSTICA)	
Total de processos inseridos na meta e pendentes de julgamento em 24 de maio de 2022 (conforme listas anexas)	
14.9 Meta 12	
Percentual de atingimento em abril de 2022	133,33%
Total de processos inseridos na meta e pendentes de julgamento em 24 de maio de 2022 (conforme listas anexas)	1
14.7 Conciliação – DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2021	326
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2022, até o mês anterior em que a inspeção será realizada	289
15 DA VIDEOCONFERÊNCIA - DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	(X) Sim () Não
Possui sala específica para a videoconferência?	() Sim (x) Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	(X) Sim () Não
Já realizou audiência por videoconferência:	(X) Sim () Não
16 NORMATIVOS	
Provimento n.º 02/2021/CGJ DJe de 18.01.2021 (págs. 13.179).	<p>Institui o Código de Normas Judiciais no âmbito do Estado do Ceará, em substituição aos provimentos anteriores que versem sobre o tema, em especial os artigos 1º ao 138 do Provimento n.º 01/2007, datado de 19/01/2007, desta Corregedoria-Geral da Justiça.</p> <p>O referido provimento reúne todos os normativos expedidos e vigentes, constituindo-se como ato normativo uniformizador dos procedimentos relativos aos serviços judiciários de primeira instância do Estado do Ceará e às Turmas Recursais.</p>
17 RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES	
18 RECOMENDAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS	
18.1. Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2022, com destaque para as Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente. Meta 2: Identificar e julgar até	



31/12/2022, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais. Meta 4: Identificar e julgar até 31/12/2022, 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2018, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão. Meta 8: Identificar e julgar, até 31/12/2022, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2020 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2020. Meta 11: Identificar e julgar, até 31/12/2022, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2020 nas respectivas instância. Meta 12: Identificar e julgar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2021. << >">https://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/justica-estadual/#>>
18.2. Inserir a tarja referente a feitos prioritários nos processos assim considerados, para facilitar a identificação e julgamento destes feitos;
18.3. Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;
18.4. Instituir rotina de cobrança de processos com carga que tenham ultrapassado prazo razoável;
18.5. Providenciar impulso oficial célere às Cartas Precatórias, analisando as 88 cartas precatórias existentes no módulo judiciário quanto ao seu cumprimento;
18.6. Instituir rotina de cobrança de cartas precatórias, com o intuito de evitar que tais procedimentos fiquem paralisados no juízo deprecado;
18.7. Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais;
18.8. Verificar os processos 10 (dez) feitos conclusos para sentença mais antigos em trâmite na Unidade, os quais deverão ser devidamente analisados em ocasião da inspeção interna do corrente ano, em obediência ao Ofício Circular n.º 40/2021/CGJCE, datado de 15.02.2021;
18.9. Realizar cobrança de todos os mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias, caso a Unidade possua, com envio de ofício à COMAN, bem como instituir rotina de cobrança de mandados sem devolução há bastante tempo;
18.10. O Gabinete deverá providenciar o saneamento do Sistema SEI, com o intuito de ele passe a refletir a real situação da unidade;
18.11. Evitar despachar no sentido de determinar à Secretaria que agende as audiências do módulo judiciário, sendo interessante no corpo do despacho já ter a data do ato audiencial a ser realizado.
18.12. Procurar amenizar, até 19/12/2022, a taxa de congestionamento da Unidade, a qual, atualmente, possui o valor de 73,74% . Realizar a baixa dos feitos julgados (417) a fim de amenizar a alta taxa de congestionamento.
18.13 Manter rotina de análise nos processos que constam como paralisados há mais de 100 dias, salvo os processos que a suspensão foi determinada, cujo valor extraído do SEI, pela Coordenadoria de Correição e Monitoramento das Unidades Judiciárias é de 257 ações nesta situação (salvo suspensos por determinação).
18.14 Evitar alterações de cards: “concluso para sentença”/”concluso para despacho”
18.15 Analisar se na unidade há demandas predatórias (envolvendo idosos e empréstimos bancários). Foi detectado diversas ações de um mesmo advogado com a mesma matéria. (Recomendação NUMOPEDE).
18.16. No SAJ, constam 84 processos para julgamento, em 02.09.2022, enquanto no SEI consta 62 processos nesta condição. É preciso sanear a referida fila, no SEI, excluindo os feitos que não estejam prontos para sentença (despachar usando o código 11022, movendo o caso para a fila correta).
18.17 À Secretaria deve cumprir com celeridade os pronunciamentos jurisdicionais, principalmente de processos pertencentes às Metas, CNJ
18.18 Analisar 598 processos da fila ag. análise da Secretaria.



CONCLUSÃO

Esta inspeção foi realizada por meio virtual, nos termos do art. 35, Provimento nº 02/2021, desta egrégia Corregedoria: *“Art. 35. As inspeções dos serviços judiciais de 1º grau realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, consistirão na análise, seja no **formato virtual** ou presencial, de todos os aspectos necessários ao exame da regularidade dos serviços prestados pelas unidades judiciárias.”*

O processo de digitalização do acervo processual (**2.ª Vara da Comarca de Pacatuba/CE tem 100,00% do acervo digitalizado, de acordo com o Banco de Informações Gerenciais**) e a esmerada utilização da ferramenta do Sistema de Estatísticas e Informações na confecção dos relatórios, a qual traz à baila todos os dados estatísticos dos módulos deste e. Tribunal de Justiça, trouxe a possibilidade desta Casa prosseguir, sem qualquer obstáculo, na avaliação das Unidades deste Tribunal Alencarino, de forma remota.

Portanto, este Órgão possui os instrumentos necessários para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Conforme alhures mencionado, a inspeção foi realizada (além da análise da tramitação dos processos judiciais), utilizando como parâmetro os dados estatísticos constantes no SAJPG e no Sistema de Estatísticas e Informações, extraídos no dia 26.07.2022 pela COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.

Analisando as estatísticas da 2ª Vara da Comarca de Pacatuba/CE, constata-se que o módulo **não se encontra cumprindo a meta** estipulada no Plano Estratégico TJCE 2030 (Portaria nº 872/2022 da Presidência deste Tribunal) – 68,73%, no que tange à taxa de congestionamento (73,74% em 02.09.2022).

No que tange aos Julgados/Casos Novos, a Unidade inspecionada perfaz um total de 126,52% em 02.09.2022. Em relação aos processos pendentes de julgamentos insertos na Meta 02, CNJ constam 703. Recomenda-se ao douto magistrado o impulso constante dos processos insertos na mencionada Meta até seu efetivo desfecho, se possível.

No que concerne ao Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que mede a relação entre número de processos baixados e o número de casos novos apresentados no mesmo período, o módulo judiciário alcançou a meta indicada para 2022 a saber: 118,90%, perfazendo um percentual de 146,96% em 02.09.2022.

Quanto ao número de precatórias em trâmite na Comarca, a saber, **88**, deve a Secretaria enviaar esforços no sentido de verificar o efetivo cumprimento das cartas precatórias pendentes de cumprimento e, ainda, na outra linha, instituir uma rotina de cobrança com o fito



de que tais procedimentos não fiquem paralisados no juízo deprecado.

No que tange aos 62 (sessenta e dois) processos conclusos para sentença (lista extraída do Sistema de Estatísticas e Informações, em 02.09.2022), o Juiz deve realizar uma análise dos processos que se encontram nessa situação, **sobretudo regularizando a situação daqueles que EVENTUALMENTE não estão, de fato, prontos para o efetivo julgamento. Ver recomendação 18.16.**

Desse modo, cotejando os dados estatísticos da Unidade, percebe-se que as irregularidades no módulo em comento devem ser alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo, assim, ao desiderato maior da atividade censural desta Corregedoria, sobretudo: **(1) analisar os processos julgados e realizar a devida baixa (417, em 02.09.2022) a fim de amenizar a alta taxa de congestionamento; (2) priorizar a movimentação dos feitos insertos nas METAS 02 (703), META 04 (9), META 11 (78) e META 12 (1) do Conselho Nacional de Justiça até o seu efetivo julgamento, ocasião em que destaco, novamente, a sensibilidade do assunto tratado neste parágrafo; (3) evitar alterações de cards do processos conclusos; (4) analisar 598 processos da fila ag. análise da Secretaria; (5) à Secretaria deve cumprir com celeridade os pronunciamentos jurisdicionais;**

No que concerne aos processos objeto de análise por esta Casa, estes foram extraídos (por amostragem) das seguintes listas constantes no Sistema de Estatísticas e Informações:

Processos pendentes de julgamento – Meta 02
Processos pendentes de julgamento – Meta 04
Processos pendentes de julgamento – Meta 11
Processos pendentes de julgamento – Meta 12
Concluso para sentença
Idoso e Outras Prioridades
Processos paralisados há mais de 100 (cem) dias

Observou-se processo (0013538-27.2016.8.06.0137) que concluso em 03.11.2021 e novamente concluso em 20.04.2022, **sem nenhum pronunciamento jurisdicional**. É imprescindível que a Secretaria da Vara **evite fazer tais movimentações, pois podem configurar tentativa de contabilizar o feito como paralisado há mais de 100 (cem) dias**.

Em relação aos processos conclusos para sentença, no sistema SAJ, consta como data mais antiga de entrada em 22.06.2022 (0050911-53.2020.8.06.0137).

Importante registrar que aqueles feitos prioritários (demanda envolvendo parte idosa)



e que estão conclusos, recomenda-se que o magistrado analise-os e profira o devido pronunciamento jurisdicional (p. ex: 0050451-66.2020.8.06.0137 e 0050858-38.2021.8.06.0137).

Interessante ressaltar que **constam processos fora de ordem, os quais já foi determinando a ordenação do feito desde fevereiro do corrente ano, no entanto tal determinação não foi atendida.** (p. ex: 0013334-04.2020.8.06.0117 e 0003278-80.2019.8.06.0137). Recomenda-se que o douto julgador fiscalize seus subordinados, no que se refere ao cumprimento das determinações judiciais (art. 35, VII, LOMAN).

Nesse sentido, é válido assentar que dentre os processos, analisados por amostragem, paralisados há mais de 100 (cem) dias, somente 1 (um) estava concluso ao magistrado, **os demais estavam aguardando o cumprimento de expediente pela Secretaria.** Recomenda-se que à Secretaria cumpra com celeridade os pronunciamentos jurisdicionais.

Tomando por base os dados do SAJPG, em 02.09.2022, há 655 processos esperando despacho; 8 esperando decisão interlocutória e 84 processos esperando sentença, totalizando 747 feitos no aguardo de algum provimento judicial (17,42% do acervo).

No que tange à atuação jurisdicional do Juiz de Direito Giancarlo Antoniazzi Achutti, ao analisar a produtividade total do magistrado (incluindo outras Unidades Judiciárias), constam quanto ao número de julgamentos e emissão de atos judiciais, 1722 sentenças, 1541 decisões e 7135 de despachos, no período de julho de 2021 até junho de 2022.

Interessante ressaltar a produtividade dos colaboradores da Unidade em tela em três aspectos: Sentenças, Decisões e Despachos nos últimos três meses, senão vejamos:

GESTÃO DE EXPEDIENTES – DOCUMENTOS POR COLABORADOR – SENTENÇA - SAJPG			
COLABORADOR	MAIO/2022	JUNHO/2022	JULHO/2022
24877 - MARCELO QUEIROZ DO NASCIMENTO	58	81	66
46301 - ALINE CRISTIANE AMORIM BATISTA	23	36	24
46709 - ANA RACHAEL BARBOSA ALCANTARA	17	25	24
6108 - GIANCARLO ANTONIAZZI ACHUTTI - magistrado	13	29	70
201368 - FRANCISCO MARCELLO ALVES NOBRE	1	----	----
22540 - LAISE RODRIGUES SANTOS COSTA	----	17	14



GESTÃO DE EXPEDIENTES – DOCUMENTOS POR COLABORADOR – DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - SAGPG			
COLABORADOR	MAIO/2022	JUNHO/2022	JULHO/2022
6108 - GIANCARLO ANTONIAZZI ACHUTTI - magistrado	39	31	38
46301 - ALINE CRISTIANE AMORIM BATISTA	26	7	5
46709 - ANA RACHAEL BARBOSA ALCANTARA	22	12	15
22540 - LAISE RODRIGUES SANTOS COSTA	13	49	25
24877 - MARCELO QUEIROZ DO NASCIMENTO	3	8	2

GESTÃO DE EXPEDIENTES – DOCUMENTOS POR COLABORADOR – DESPACHOS - Sajpg			
COLABORADOR	MAIO/2022	JUNHO/2022	JULHO/2022
6108 - GIANCARLO ANTONIAZZI ACHUTTI - magistrado	49	113	77
46301 - ALINE CRISTIANE AMORIM BATISTA	236	203	224
46709 - ANA RACHAEL BARBOSA ALCANTARA	162	131	144
22540 - LAISE RODRIGUES SANTOS COSTA	27	94	74
24877 - MARCELO QUEIROZ DO NASCIMENTO	20	31	41

Em linhas gerais, nota-se que o douto julgador foi quem elaborou mais sentenças no mês de julho/2022. Há, em 02.09.2022, 17,42% do acervo concluso, estando a maioria concluso para despacho, deve portanto a unidade produzir mais despachos para ter um decréscimo da referida fila.

Além disso, é necessário que o magistrado fiscalize a produtividade dos servidores, com base no art. 35, inc. VII, da LOMAN.

Outro ponto que será destacado é a quantidade de processos movimentados:



GESTÃO DE EXPEDIENTES – QUANTIDADE DE PROCESSOS MOVIMENTADOS		
Indicador	% de Processos Movimentados	Processos Movimentados
Maio/2022	36,78%	1.680
Junho/2022	59,87%	2664
Julho/2022	60,05%	2.558

Extraí-se da tabela *supra* que o módulo em tela no mês de junho e julho movimentou mais da metade do seu acervo, demonstrando, por conseguinte, que possui capacidade para tal. Desse modo, recomenda-se que mantenha a movimentação dos mencionados meses.

Por derradeiro, e visando a aprimorar a prestação jurisdicional, deve a unidade passar a utilizar, com frequência, as novas ferramentas introduzidas pela gestão atual do TJCE, a saber: Sistema de Estatísticas e Informações - SEI e a ferramenta da videoconferência, sobretudo no atual cenário em que os magistrados de 1.º e 2.º grau estão exercendo diversas atividades de forma remota.

Os sistemas acima mencionados, de fato, são perfeitamente capazes de garantir o cumprimento do princípio constitucional da celeridade, bem assim inicial construção de planejamentos estratégicos referentes à administração da Unidade.

Concluídos os trabalhos inspecionais, recomendo o Juiz de Direito Giancarlo Antoniazzi Achutti corrigir algumas pendências da prestação jurisdicional: analisar os processos julgados e realizar a devida baixa (417, em 02.09.2022); priorizar o andamento das demandas prioritárias (parte idosa); determinar que a Secretaria cumpra com celeridade os pronunciamentos jurisdicionais; impulsionar/sentenciar os feitos insertos na Meta 02, CNJ, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, **dispensando-se o monitoramento da Unidade inspecionada**, em razão de não atender os critérios do Comunicado Interno n.º 02/2022/GABCGJCE, de 18 de abril de 2022 (Julgados/Casos Novos 126,52%; Taxa de Congestionamento 73,74%, 5,99% acervo paralisado e 703 feitos pendentes de julgamento Meta 02, CNJ – 16,40% do acervo processual).

Por isso, opina-se a Vossa Excelência que o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Pacatuba/Ce seja cientificado dos termos deste relatório, em prazo estipulado por Vossa Excelência para cumprimento das recomendações aqui expostas, fornecendo, de envolta, manifestação que julgar cabível e comprovação da adoção das providências executadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza, data registrada no sistema.



JOSUÉ DE SOUSA LIMA JÚNIOR
JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR

